

Expresso

17-02-2023

Periodicidade: **Semanal**Classe: **Informação Geral**Âmbito: **Nacional**Pagina(s): **17**

Entidade para a Transparência arranca a meio gás

Com a tomada de posse da direção, abre-se a porta ao arranque do organismo. Mas mantêm-se obstáculos

Ao fim de mais de três anos, a Entidade para a Transparência (EpT) sai finalmente do papel e começa a ver a luz do dia com a tomada de posse da presidente e dos dois vogais da direção. Mas são vários os obstáculos à nascença, como reconheceram o presidente do Tribunal Constitucional (TC), João Caupers, e a presidente do novo organismo, Ana Raquel Moniz. “Não vai ser fácil

a tarefa”, antecipou Caupers, durante a cerimónia de tomada de posse quarta-feira, no Palácio Ratton.

Depois de um processo que foi marcado por vários atrasos e re-cuos e que levou a críticas dos partidos e do próprio Chefe do Estado — que considerou ser “incompreensível” o atraso na criação da entidade —, a previsão é de que o organismo arranque ainda este mês. Mas não há ainda uma data fixa. “A circunstância de a Entidade para a Transparência começar a trilhar o seu próprio caminho, com todas as vantagens da juventude,

não permite descurar as dificuldades — desde logo, físicas e materiais — que se lhe opõem”, alertou Ana Raquel Moniz.

Primeiro, será preciso apurar os recursos humanos necessários e depois começar a operar a plataforma informática que reunirá as declarações únicas de rendimentos e património dos titulares de altos cargos públicos e políticos. Ou seja, haverá uma primeira fase transitória de funcionamento não integral da EpT, que será sediada no Colégio de Santa Rita (Colégio dos Grilos), em Coimbra. Ao mesmo tempo prosseguem as obras de reabilitação do espaço.

Mais recados para o Governo

E, por isso, Caupers voltou a pressionar o Executivo: “Confia-se que o Governo não deixará de cumprir a sua parte no que respeita ao edifício, possibilitando a instalação completa da Entidade.” Resumindo:

não há ainda uma estimativa de quando o organismo pode estar a funcionar em pleno.

O presidente do TC voltou a rejeitar responsabilidades pelo atraso na instalação da entidade, ignorando as exigências feitas pelo tribunal sobre a localização e as características do espaço. Pelo meio, houve outros entraves colocados pelo próprio TC, nomeadamente quanto ao estatuto remuneratório do presidente da Entidade. Segundo Caupers, o tribunal “foi dando os passos necessários” para a instalação da entidade, já o Governo na “parte que competia — e ainda lhe compete — enfrentou dificuldades”. Quanto à eficácia do organismo, o presidente do TC baixou também as expectativas, dizendo que “não irá finalmente pôr fim à corrupção”, ao “tráfego de influências” ou às “fraudes” e aos “abusos”.

LILIANA COELHO
lpcuelho@expresso.imprensa.pt